

Constituinte decidirá quanto

domingo, 30/11/86 □ 1º caderno □ 27

ANC 88
Pasta Novembro/86
131

vai ganhar um deputado

Brasília — Um ministro de estado ganha quase 60 salários mínimos, o equivalente a Cz\$ 52 mil, e um ministro do Supremo Tribunal Federal recebe de 80 a 100 salários mínimos, o que garante um rendimento mensal entre Cz\$ 60 mil e Cz\$ 80 mil, dependendo do tempo de serviço. E os membros do Poder Legislativo, quanto devem ganhar? Quanto os eleitores devem pagar de salários aos constituintes?

Os deputados pretendiam responder a essa pergunta na última semana, quando aprovariam um aumento de seu salário da ordem de 110%, que garantiria aos constituintes remuneração mensal em torno de Cz\$ 90 mil. O desinteresse dos que não se reelegeram e portanto não foram para o plenário dar quorum à votação e o movimento contra o pacote econômico evitaram a aprovação da medida, num momento em que todos os salários permanecem congelados.

A decisão será dos próprios constituintes, e até fevereiro um deputado ou senador continuará recebendo em torno de Cz\$ 42 mil. A polêmica em torno do assunto é consequência da falta de parâmetros para a fixação dos salários dos órgãos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário.

O presidente da República e os ministros de estado têm seus subsídios fixados para todo o período de seu mandato, sendo reajustados a cada ano com base no aumento do funcionalismo público. Os salários

dos ministros do STF obedecem a um decreto de 1983, que determina uma parte fixa — reajustável a todo ano — e uma série de vantagens que se acumulam com o tempo de serviço, no conhecido efeito cascata. Devido a essas vantagens um membro do STF se aposenta com o salário fixo mais 140% sobre o salário de vantagens.

Os membros do Poder Legislativo têm seus subsídios fixados a cada final de legislatura, quando deputados e senadores fixam o salário da legislatura seguinte, que também é reajustado no final de cada ano com base no aumento do funcionalismo público.

E para evitar novos constrangimentos, começam a surgir inúmeras propostas de como fixar, de forma definitiva, o salário de deputados e senadores. Para o deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS) — o autor da proposta de manter os atuais Cz\$ 42 mil para os parlamentares e deixar que os constituintes decidam qual deverá ser seus subsídios —, é preciso determinar que os salários dos membros do Legislativo devem ser fixos.

Atualmente os subsídios são divididos em parte fixa e variável. Esta última, de acordo com o comparecimento do parlamentar ao Congresso, não é cumprida dentro de critérios rígidos. Zanetti propôs um salário fixo com desconto de renda (atualmente os parlamentares são isentos), reajustado sempre com base no aumento dos salários de todos

os trabalhadores. O salário inicial, para Zanetti, deve ser o atual.

O senador Fernando Henrique Cardoso acredita que na próxima Constituição pode ser relacionado o salário dos membros do Executivo, Legislativo e Judiciário com o salário mínimo. Ele acha que o atual salário de parlamentar — em torno de 50 salários mínimos — pode ser o ideal.

Também o deputado Luís Henrique (PMDB-SC) acha que o salário deveria se fixo, com desconto de imposto de renda, e igual ao dos ministros de estado e ministros do STF. Ele acredita ainda que os que não comparecerem para trabalhar devem ser descontados. Para o deputado Bocayuva Cunha (PDT-RJ), para se fixar o salário de um parlamentar deveria ser feita "uma pesquisa de mercado e equiparar os subsídios ao salário de um profissional liberal bem-sucedido ou de um executivo de grande empresa".

A verdade é que o assunto não poderá se ignorado pelos constituintes, que precisarão dizer quanto querem ganhar e que critérios prevalecerão para fixação de seus salários. Resta saber que corrente será mais forte, se a defendida por Luís Henrique, que diz que "cargos públicos exigem sacrifícios públicos e a remuneração não pode ser tão distanciada da realidade do salário mínimo nacional", ou se a do líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Neto, que diz que "os parlamentares devem ser privilegiados nos salários para representar bem quem não tem privilégios".